

## **As concepções kantianas do ceticismo acerca do mundo externo nas duas edições da *Crítica da razão pura***

Christian Klotz

UFSM, Santa Maria

Uma posição cética acerca de uma certa classe de convicções exige premissas de dois tipos diferentes: Primeiro, o cético precisa de uma certa imagem das convicções em questão, ou seja de uma concepção do que é o seu conteúdo. Estas premissas podem ser chamadas de premissas *interpretativas* do cético, porque elas envolvem uma certa interpretação do discurso considerado. Segundo, o cético precisa de suposições das quais se segue que não podemos saber se uma convicção que tem o conteúdo presumido seja verdadeira. Essas podem ser chamadas de premissas *epistemológicas* do cético, pois elas se referem ao status epistemológico das convicções em questão. Conseqüentemente, estratégias anti-céticas que atacam as premissas do cético podem tomar duas formas: Elas podem ser dirigidas às premissas interpretativas do cético, ou seja, à sua concepção do conteúdo das convicções em questão; ou, alternativamente, elas podem apontar às premissas epistemológicas do cético das quais se segue, segundo ele, que não podemos assegurar-nos da verdade destas convicções sem questionar o entendimento cético do conteúdo delas. Em dependência da estratégia escolhida a virulência do desafio cético será estimada diferentemente. Se a posição cética é reduzida a uma interpretação inapropriada do discurso em questão ela será considerada como inteiramente externa do ponto de vista da convicção considerada. Pois, neste caso, ela surge de uma concepção desta convicção que não dá conta de seu conteúdo próprio. No entanto, se segue-se a segunda estratégia, a posição cética deve ser considerada como uma ameaça verdadeira às convicções em questão. Pois então deve-se dizer que ela se refere a questões que surgem

com relação ao conteúdo que as convicções consideradas de fato têm. Então, duas concepções muito diferentes do desafio cético são conectadas com as duas estratégias mencionadas.

Nas primeiras duas edições da *Crítica da razão pura* Kant formulou dois argumentos inteiramente diferentes contra o ceticismo acerca da existência do mundo externo.<sup>1</sup> Em ambos argumentos Kant intenciona criticar as premissas do cético de tal modo que suas dúvidas acerca da existência do mundo externo sejam definitivamente refutadas: Na secção sobre o quarto paralogismo Kant quer refutar o ceticismo pela crítica do realismo transcendental pressuposto por ele. A “Refutação do Idealismo” incorporada na segunda edição da *Crítica*, no entanto, ataca a assunção da independência da experiência interna da experiência externa pressuposta pelo cético. A primeira tese defendida no que segue será a de que a diferença entre os dois argumentos deve ser entendida em termos da distinção entre as duas estratégias anti-céticas das quais partimos: A discussão kantiana do quarto paralogismo é uma crítica da interpretação cética do discurso em questão, enquanto que o argumento da “Refutação” se refere às premissas epistemológicas do cético, aceitando sua concepção do conteúdo de nossa convicção que existem objetos externos. Conseqüentemente, deve-se dizer que a concepção kantiana do ceticismo modou profundamente da primeira à segunda edição da *Crítica*: A imagem do ceticismo como uma posição externa ao conteúdo da convicção em questão adotada originariamente foi substituída pela tese de que um ceticismo é possível que dá justiça ao seu conteúdo.

A segunda tese defendida aqui refere-se às razões para esta mudança na concepção kantiana do ceticismo. Pretende-se mostrar que ela resulta de uma mudança no entendimento kantiano do conteúdo de nossa concepção de uma existência externa; afinal, Kant chegou ao resultado de que este conteúdo é realista num sentido que de fato deixa espaço para dúvidas céticas. Então, a “refutação do idealismo” na segunda edição da *Crítica* exprime uma mudança da posição kantiana. No entanto, isso não significa que a conclusão realista do argumento na segunda edição seja incompatível com o idealismo transcendental que é uma premissa essencial do argumento da primeira edição. Como P. Guyer mostrou, considerando reflexões de Kant que são relacionadas ao argumento da segunda edição, as

---

<sup>1</sup> Ver, na primeira edição (= A), pp. 336 ff. (= pp. 346 ff. na tradução de M. Pinto dos Santos e A. Fradique Morujão, Lisboa, 5. Edição 2001 (abreviação: SM)); na segunda edição (= B), ver pp. 274 ff. (SM 243 ss.).

conclusões dos dois argumentos são compatíveis.<sup>2</sup> Mas há uma mudança profunda da posição com relação à concepção do conteúdo da convicção de que existem objetos externos e, como consequência disso, com respeito à relação entre esta convicção e a posição cética. A exposição seguinte terá três partes: na primeira esclarecer-se-á as diferenças entre as estratégias que os dois argumentos seguem; na segunda parte considerar-se-á a razão da mudança da concepção kantiana do ceticismo da primeira à segunda edição. Na parte conclusiva serão discutidos alguns problemas que surgem da concepção do ceticismo adotada na segunda edição para a teoria kantiana da experiência.

## **I. A concepção kantiana do ceticismo na primeira e na segunda edição da *Crítica***

O argumento kantiano na primeira edição da *Crítica* baseia-se na premissa de que nosso discurso comum de objetos “externos” não se refere a outra coisa que objetos espaciais como tais. De acordo com esta premissa, a convicção de que algo existe “fora de nós” apenas significa que esse existe no espaço. Conseqüentemente, a possibilidade de justificar a convicção de que objetos externos existem depende da questão se estados perceptuais que apresentam algo como espacial constituem uma base suficiente para estabelecer a existência de algo espacial.<sup>3</sup> Para dar uma resposta negativa a esta questão e, com isso, tomar o ponto de vista cético, é necessário conceber a existência de algo como espacial como um estado de coisa cuja realização é independente do fato de que nós representamos algo como espacial. Pois uma consciência perceptual que tem dados espaciais por conteúdo não pode estabelecer que algo existe no espaço independentemente de nosso representar como tal. Por isso, Kant considerou o “realismo transcendental”, ou seja a posição de que objetos espaciais, se eles existem, existem como coisas em si, como uma pressuposição necessária do ceticismo acerca da existência de objetos externos.<sup>4</sup> Conseqüentemente, a possibilidade de posições céticas que têm uma outra base, ou seja, que são independentes do realismo transcendental, está excluída. Assim, uma crítica eficaz do realismo transcendental refutaria todo ceticismo acerca da

<sup>2</sup> Ver “Kant’s intentions in the refutation of idealism”, em: *The Philosophical Review* 92, pp. 329-83.

<sup>3</sup> Ver A, pp. 372-73 (SM 352); p. 378 (SM 356-57).

<sup>4</sup> Ver A, p. 369 (SM 348-49).

existência do mundo externo possível e assim permitiria qualificar nossa convicção de que objetos externos existem como um “saber” próprio.

Kant considerou o realismo transcendental como resultado de uma ilusão que surge com respeito ao ideal da totalidade das verdades sobre a realidade espacial e temporal. Se nós possuíssemos esta totalidade, nosso esforço para a extensão de conhecimentos empíricos chegaria ao seu fim. Como a idéia de uma totalidade ainda não determinada para a qual nosso progresso epistémico finalmente tende esta idéia é, segundo Kant, legítima. No entanto, ela é fonte de uma ilusão na medida em que parece referir-se a uma totalidade atual que é determinada independentemente de nossos estados epistêmicos. Se esta ilusão dominar nosso pensamento, surge a idéia de que verdades acerca de objetos temporais e espaciais – como elas são determinadas independentemente de nosso pensamento – se referem a uma realidade que é independente de nossa experiência. Então, da ilusão de que a idéia da totalidade dos conhecimentos empíricos se refere a uma totalidade já determinada surge a concepção da natureza e das coisas que ela contém, como existindo independentemente de nossa experiência. O realismo transcendental baseia-se numa ilusão à qual a razão, como a faculdade de produzir conceitos de totalidades, sucumbe.<sup>5</sup>

Segundo a apresentação de Kant na primeira edição da *Crítica*, o passo decisivo do cético consiste em tratar a idéia de que objetos espaciais, se eles existem, existem independentemente de nossa experiência como um elemento do nossa concepção comum do objetos “externos”. Como consequência disso, toda a experiência possível para nós parece insuficiente para provar que objetos externos existem. No entanto, como Kant argumenta, com isso a convicção em questão é entendida de uma maneira que não dá justiça ao seu próprio ponto de vista. Pois a concepção da existência externa empregada no discurso comum não significa nada mais que existência no espaço. E a teoria do espaço desenvolvida na Estética Transcendental mostra que a existência de algo no espaço não pode ser entendida como independente de nosso modo de intuir – de nossas formas da intuição – e, conseqüentemente, não pode ser concebida como independente de nossa experiência. Então, a doutrina da Estética Transcendental deixa claro que o discurso comum sobre objetos externos não se compromete a uma existência que é independente de nossa experiência – que não se refere aqui a uma tal existência. Em lugar disso, segue-se da Estética Transcendental que na convicção comum só referimos a aparências cuja existência e estrutura – desde que elas são apenas real

---

<sup>5</sup> Ver A, pp. 490 ss. = B, pp. 518 ff. (SM 437 ss.).

como conteúdos de intuições empíricas – podem ser conhecidas imediatamente e com certeza. A convicção comum, diz Kant na primeira edição da *Crítica*, refere-se apenas a objetos que estão fora de nós no sentido “empírico”, e não no sentido “transcendental”.<sup>6</sup> Assim, a concepção apropriada daquilo ao qual nós comprometemos-nos em nossa convicção de que existe um mundo externo já faz desaparecer todos os problemas céticos que podem ser levantadas com relação a esta convicção.

Para que a estratégia empregada por Kant na crítica do quarto paralogismo seja convincente é necessário mostrar que e como ela fornece uma base para distinguir experiências não-verídicas (ilusões dos sentidos e sonhos) de experiências verídicas. Pois evidentemente nossa concepção comum de experiência externa é conectada intrinsecamente com esta distinção. A afirmação de que nós não possuímos critérios apropriados que garantem a correteza da aplicação desta distinção é a forma do ceticismo de maior influência na filosofia moderna. Esta questão, que ainda foi marginalizada na seção sobre o quarto paralogismo, só ficou central para Kant pela primeira crítica da sua obra principal. Esta crítica, tal como Kant a entendeu, afirmou que a concepção de objetos espaciais como aparências exclui a possibilidade de distinguir, com relação a objetos externos, ilusões e experiências verídicas.<sup>7</sup> Por isso, nos *Prolegómenos* – que em parte são uma resposta para a crítica – Kant intenciona mostrar que o idealismo transcendental, e só o idealismo transcendental, possibilita a formulação de “critérios seguros” para a distinção entre experiência externa e ilusão. Kant enfatiza que o critério formulado aqui é o mesmo que aplicamos na “vida comum” para distinguirmos decepções dos sentidos de experiência real. Entendemos fenômenos espaciais como objetos externos reais se eles podem ser localizados no contexto das aparências estruturadas pelas leis da nossa experiência. Esses princípios são, em particular, o princípio de substancialidade e da causalidade. Então, ilusões e sonhos são caracterizados pela ocorrência de sequências de eventos que não podem ser entendidas como mudanças de uma substância existente continuamente

---

<sup>6</sup> Ver A, p. 373 (SM 352).

<sup>7</sup> Ver a crítica de Garve (revisada por Feder), em *Göttingische gelehrte Anzeigen*, 19. de janeiro 1782, em particular pp. 40-41. Cf. Fr. Beiser, *German Idealism. The struggle against subjectivism* (Cambridge 2002), pp. 106 ss.. Em contraste com Beiser, sustentarei que este problema, que, segundo Kant, exige apenas um complemento dentro do quadro da crítica do quarto paralogismo, não foi aquele que motivou a “Refutação” de 1787.

(por exemplo, o desaparecimento de partículas materiais) ou que não são compatíveis com leis causais.<sup>8</sup>

A tese decisiva nos *Prolegómenos* é a de que este critério só pode ser considerado como apropriado se o idealismo transcendental for pressuposto. Pois se objetos espaciais são reais apenas como aparências, então nenhum outro ponto de vista pode ser tomado com relação a eles que o ponto de vista de nossa experiência. Assim, sob a pressuposição do idealismo transcendental, a prática de distinguir entre experiências verdadeiras e não-verdadeiras na base das regras de nossa experiência evidencia-se legítima. Se, em contraste, objetos externos fossem entendidos como coisas em si, não poderíamos mais entender como nossos critérios para distinguir entre ilusões e objetos externos reais podem ser válidos. Com essa argumentação Kant estabelece uma relação intrínseca entre o idealismo transcendental e o critério coerentista para distinguir ilusões de experiências reais que ele considera como fundamental para nossa prática epistêmica. Com isso, a posição da primeira edição da *Crítica* é confirmada: O ponto de vista de nosso discurso comum sobre objetos externos é imune a ataques céticos; esses são possíveis apenas se o discurso comum acerca de objetos externos está interpretado no sentido do realismo transcendental e, com isso, de uma maneira que inteiramente vai para além do ponto de vista comum.

O argumento que Kant incorporou na segunda edição da *Crítica* procede de uma maneira muito diferente. É já notável que Kant não tenha localizado o argumento novo – assim como o argumento de 1781 – na Dialética Transcendental e, com isso, no contexto da *Crítica* de posições que surgem de uma ilusão transcendental, mas na Analítica Transcendental. Este fato já sugere que o argumento novo de Kant se refere a uma posição cética que não se baseia na pressuposição ilusória que a concepção de objetos espaciais se refere a coisas em si. Pois se a posição criticada resultasse desta ilusão, a Dialética Transcendental seria o lugar apropriado para a sua refutação. A hipótese de que a posição cética considerada seja independente do realismo transcendental é, além disso, corroborada pela caracterização introdutória desta posição de Kant: Enquanto que o “idealismo dogmático” de Berkeley, assim como o idealismo empírico criticado no argumento da primeira edição, considera o espaço como uma

---

<sup>8</sup> Ver *Prolegómenos a toda a Metafísica Futura*, tradução de A. Morão, Lisboa 2003, p. 124; cf. pp. 60-61. A concepção de um critério coerentista da experiência verdadeira remonta ao conceito de “*somnium objective sumptus*” de Christian Wolff, que, por sua vez, foi influenciado pela sexta Meditação de Descartes. Ver *Philosophia sive Ontologia*, §§ 493-95, e *Vernünfftige Gedanken*, §§ 142-43.

condição de coisas em si – e, assim está baseado no realismo transcendental –, Kant diz sobre o “idealismo problemático” considerado agora, que ele “não afirma nada a respeito disto”.<sup>9</sup>

De acordo com este resultado, a nova refutação do idealismo pertence a um tipo de argumentação anti-cética diferente do argumento de 1781: Como esse, ela é uma ataque à pressuposição na qual o posição cética se baseia. Mas ela não se refere à concepção cética do conteúdo da convicção de que objetos externos existem. Em vez disso, a pressuposição cética criticada agora é a suposição de que experiência interna é independente da experiência externa.<sup>10</sup> Então, o argumento novo não procede via o esclarecimento daquele ao qual nos referimos ao dizer que objetos externos existem. Se a posição cética considerada agora não se baseia numa imagem errada disso, esta mudança de estratégia é bem motivada. No entanto, isso significa que a segunda refutação kantiana do ceticismo deve ser descrita como um argumento que, sob a pressuposição de um entendimento da convicção em questão comum ao cético, ataca as pressuposições pelas quais o cético quer mostrar que nós não podemos ascertainment a verdade desta convicção. Então, o argumento kantiano de 1787 não é uma crítica das premissas interpretativas, mas sim das premissas *epistemológicas* do cético.

Se, como a posição kantiana de 1787 implica, um ataque cético à convicção de que objetos externos existem é possível que dá justiça ao seu conteúdo, então esta convicção deve ser considerada como realmente ameaçada pelo cético. Na medida em que Kant na primeira edição da *Crítica* considerou uma posição que se baseia num entendimento inadequado da convicção em questão como o único ceticismo acerca do mundo externo possível, esta convicção, entendida apropriadamente, pareceu-lhe não apanhada pelo argumento cético. No entanto, a tese pressuposta pelo argumento novo de Kant de que, mesmo sob uma interpretação apropriada de nosso discurso acerca de objetos externos, dúvidas céticas são possíveis exclui tal separação do ponto de vista no qual o ceticismo parece plausível e importante e do ponto de vista da convicção em questão. A objeção cética agora deve ser considerada como um desafio que também tem que ser reconhecido no ponto de vista da convicção comum. A importância atribuída com isso ao ceticismo acerca da existência externa é expressa muito claramente numa formulação bem conhecida de Kant no prefácio da segunda edição da *Crítica*: O fato de que o ceticismo acerca do

---

<sup>9</sup> Ver B, p. 274 (SM 243).

<sup>10</sup> Ver B, pp. 276-77 (SM 245).

mundo externo ainda não é refutado, diz Kant ali, é “um escândalo para a filosofia e para o senso comum em geral”.<sup>11</sup>

Portanto, na „Refutação do Idealismo” Kant não apenas aplica um novo tipo de argumento sob premissas não mudadas. Em vez disso, o problema levantado pelo cético é entendido diferentemente da apresentação de 1781. Esta nova concepção de ceticismo envolve também uma crítica da posição tomada antes, na medida em que esta posição excluiu a possibilidade da posição cética considerada agora (a saber, a possibilidade de uma posição que não se baseia no realismo transcendental e que, apesar disso, tem razões para duvidar na existência de objetos externos). Conseqüentemente, a posição kantiana de 1787 deve ser considerada como incompatível com a posição tomada na primeira edição de *Crítica*. Essa divergência de posições diz respeito a uma pressuposição da argumentação anti-cética própria, a saber à concepção do problema levantado pelo cético. A respeito disso, deve se dizer que há uma mudança substancial da posição kantiana.

## **II. A análise kantiana do conceito de existência externa na primeira e na segunda edição da *Crítica***

A exposição kantiana na primeira edição da *Crítica* está baseada na pressuposição de que nossa concepção comum de uma realidade externa refere-se apenas a objetos enquanto existente no espaço. Conseqüentemente, a discussão ali foi focada na questão se uma consciência empírica que representa objetos como existente no espaço seja uma base suficiente para estabelecer a existência de objetos espaciais e, com isso, acertar a verdade da convicção comum. A doutrina da Estética Transcendental mostra que esta questão tem uma resposta positiva e, com isso, que o ceticismo está errado. Pois segue-se desta doutrina que existência externa no sentido relevante – existência no espaço – é nada mais que um estado de coisa fenomênico. Portanto, nós podemos legitimamente comprometer-nos à existência de objetos externos se os conteúdos de intuições empíricas apresentam-se como sendo espaciais. Entretanto, segundo a argumentação da primeira edição a questão se algo existe que não é uma aparência e que, com isso, existe “fora de nós” no sentido transcendental, não é relevante para a justificação da convicção comum de que objetos externos existem.

---

<sup>11</sup> B, p. XXXIX (SM 32).



Em contraste com a exposição de 1781, a “Refutação do Idealismo” incorporado na segunda edição da *Crítica* não contém um esclarecimento explícito da concepção de externalidade que está pressuposta quando falarmos de coisas externas. Ali, a argumentação de Kant está dirigida às premissas epistemológicas do cético, sem questionar sua interpretação do discurso sobre a realidade externa. A concepção do conteúdo de nosso discurso acerca de objetos externos, comum à concepção do cético, está pressuposta sem ser formulada explicitamente. No entanto, assim a base da concepção nova do desafio cético é obscuro. Pois sob a concepção de nossa convicção de que objetos externos existem, que foi pressuposta na exposição da primeira edição, não se pode ver como um ceticismo é possível que dá justiça ao conteúdo da convicção em questão. Conseqüentemente, o argumento anti-cético da segunda edição deve ser baseado numa nova concepção do conteúdo da convicção considerada. Como já foi notado, esta nova concepção não é formulada explicitamente no texto da segunda edição da *Crítica*. No entanto, em algumas reflexões que se relacionam à “Refutação” a mudança da posição pressuposta na exposição nova fica explícita.

Uma passagem particularmente esclarecedora encontra-se em Refl. 5653. Ali, Kant diz:

A intuição de uma coisa como fora de mim pressupõe a consciência de uma determinabilidade do meu sujeito, na qual eu mesmo não sou determinado, que, então, não pertence a minha espontaneidade, porque o determinando não está dentro de mim ...\*

\*(e só através do espaço a representação de um objeto como fora de mim recebe realidade (na intuição). Vice versa eu (não) receberia pelo espaço o conceito da existência de algo como fora de mim, se o conceito de uma relação que pertence ao comercio, e como dada na percepção, não fosse o fundamento. No entanto, esse é o conceito da mera passividade num estado de representar. Que este conceito não é inferido, porque não percebemos a causa de uma representação dentro de nós, mas é uma percepção imediata dever ser provado ...<sup>12</sup>

Nesta reflexão fica claro que a discussão kantiana do ceticismo agora baseia-se na premissa de que a consciência de objetos externos não pode ser analisada apenas com referência à estrutura intuitiva de conteúdos empíricos (a estrutura espacial de dados sensíveis). É verdade que espacialidade fenomênico é necessária para a consciência de realidade externa: Só por ela a “representação de um objeto como fora de mim”

<sup>12</sup> Edição da Academia da Prússia (= Ak.Pr.), vol. 18, pp. 307-08 (trad. minha).

recebe “realidade”, i.é. referência a um conteúdo intuitivo. No entanto, agora Kant diz que essa não é suficiente para a consciência de realidade externa: Para que eu possa possuir “o conceito de existência de algo como fora de mim” é exigido que o “conceito da mera passividade num estado de representar” sirva como fundamento. Se o ocorrer de conteúdos fenomênicos pudesse ser entendido inteiramente pela referência ao sujeito e sua atividade produtiva, então nós não referiríamos através delas a algo do qual pode-se dizer que existe fora de nós em algum sentido compreensível. Então, o conceito da existência externa transcende a estrutura interna dos fenômenos. Ele funda-se na concepção de algo que não é fenômeno e com relação ao qual nós temos que nos conceber nos como “passivos”.

Por conseguinte, a consciência de existência externa necessariamente envolve uma consciência de coisas que – nos termos da primeira edição da *Crítica* – são fora de nós no sentido “transcendental”. Pois, como Kant deixou claro já na crítica do quarto paralogismo, não são as coisas espaciais como tais (coisas fora de nós no sentido “empírico”), mas sim as coisas fora de nós no sentido “transcendental” que podem ser o fundamento da ocorrência de fenômenos espaciais. Assim, a relação com a posição de 1781 pode ser formulada de tal modo que Kant agora sustenta que a questão de se fenômenos espaciais têm causas fora de nós no sentido transcendental por fundamento, não pode ser afastada da questão de se nossa convicção de que objetos externos existem é legítima. Visto que no conceito de existência externa um fundamento externo de fenômenos espaciais é concebido, este conceito funda-se não só no conceito empírico, mas também no conceito transcendental de algo fora de nós. Isso explica porque, nas tentativas de refutar o ceticismo desde 1787, Kant não usa mais explicitamente a distinção entre o sentido “empírico” e “transcendental” de externalidade, que teve um papel decisivo na crítica do quarto paralogismo. Essa distinção não tem mais a função de separar aquilo ao qual nossa convicção de que existem objetos externos exclusivamente se refere do que não está tematizado nela. E nessa função fundou-se a sua importância na seção sobre o paralogismo de 1781. No entanto, isso não significa que os dois conceitos de externalidade são – como no realismo transcendental – entendidos como coextensivos. O conceito do que é fora de nós no sentido transcendental não opera na consciência de existência externa de tal maneira que objetos espaciais são concebidos como coisas em si, mas apenas como a pressuposição de que num estado de representação “o determinando não está dentro de mim”. Então, aparências são referidas a coisas fora de nós no sentido transcendental como o seu fundamento, mas

não são identificadas com elas. Pode-se caracterizar essa posição como um “realismo minimal”.

Com isso, o entendimento kantiano do conteúdo de nossa convicção de que existem objetos externos também implica uma restrição da significação desta convicção para nossa prática epistêmica. Pois ela significa que esta convicção envolve apenas o pensamento geral pressuposto em nossos juízos sobre objetos externos de que existe um fundamento externo dos conteúdos espaciais com os quais nos operamos. Isso, e nada mais, está envolvido na concepção da referência de nossas intuições a uma realidade externa. Esta concepção não significa que exista alguma correspondência estrutural entre nossa representação empírica da realidade externa e o fundamento externo de nossas intuições empíricas. A construção de nossa imagem do mundo externo baseia-se apenas em conteúdos dados e a correlação deles segundo regras. Ela não se apoia numa concepção de verdade que transcende os aspectos internos da experiência. A restrição desta concepção a uma mera pressuposição existencial que deixa em validade nossos procedimentos empíricos é expressa claramente em duas reflexões de Kant: “Que nós estamos conscientes de uma relação externa sem conhecer o próprio objeto, mas apenas a forma de nossa relação entre nós e a presença dela, não é problema”.<sup>13</sup> E em refl. 6315 Kant diz do espaço que ele é “imediatamente referido a um objeto..., ainda que não saibamos o que esse seja em si, mas apenas, como ele aparece para nós”.<sup>14</sup>

### **III. Propósitos e problemas da argumentação anti-cética kantiana na segunda edição da Crítica**

Da nova análise kantiana do conceito de existência externa resulta que a convicção comum da existência de objetos externos envolve a concepção de um fundamento não-fenomênico das aparências espaciais. Com isso, esta convicção é entendida de tal modo que, de fato, há espaço para dúvidas céticas. Assim, não é mais possível rejeitar o ceticismo pela mera referência ao entendimento correto da convicção comum. Pois na medida em que a concepção de um fundamento externo de aparências transcende os conteúdos presentes e a ligação deles segundo regras, parece plausível dizer que ela é secundária perante as nossas experiências e lhe atribuir o status de

<sup>13</sup> Refl. 5653, Ak.Pr., vol. 18, pp. 310 (trad. minha).

<sup>14</sup> Ak.Pr., vol. 18, pp. 618-19 (trad. minha).

uma hipótese pela qual tentamos explicar a ocorrência de intuições empíricas. Então, a tese cética é a de que a concepção de um fundamento externo de aparências, e com isso a consciência da própria passividade, é apenas inferida. Por conseguinte, esta convicção deve ser considerada como duvidosa. Pois a hipótese de uma auto-afeção não-consciente, da qual surgem também as aparências espaciais, parece uma explicação igualmente boa para a ocorrência de fenômenos espaciais. Que esta tese cética agora esta no centro da argumentação kantiana mostra-se também na localização do argumento novo: Kant o colocou no contexto da discussão de enunciados existenciais hipotéticos que, sob certas condições, são admitidos pelo segundo postulado do pensamento empírico.

De acordo com isso, a intenção de Kant na “Refutação do Idealismo” é a de mostrar que a concepção da própria passividade, i.é. de um fundamento externo de aparências espaciais, em vez de ser uma hipótese secundária perante nossa experiência, necessariamente está presente na consciência perceptual. Então, a perspectiva da percepção consciente já envolve a concepção da própria passividade. Assim, Kant diz que a tese a ser demonstrada é a de que “nós estamos imediatamente conscientes de uma representação do sentido externo como tal”.<sup>15</sup> Neste sentido Kant também fala de uma „consciência imediata” da existência de objetos externos. Então, não se trata aqui da consciência imediata no sentido de uma presença de conteúdos dados, mas no sentido de uma certa maneira na qual um pensamento está operante na consciência: Não como uma suposição hipotética e inferida, mas como um elemento indispensável da consciência perceptual. Neste respeito, a intenção de Kant na “Refutação do Idealismo” é semelhante com à na justificação do uso das categorias. Com relação a essas Kant quer mostrar que elas necessariamente já estão operantes no nível epistêmico da “síntese da apreensão” e, com isso, em toda consciência perceptual.<sup>16</sup> Por isso, Kant pensava que a estratégia de estabelecer condições necessárias da experiência aplicada na justificação das categorias também é apropriada para justificar a tese da imediatez da experiência externa. No entanto, sem discutir aqui a argumentação kantiana detalhadamente, é preciso destacar um aspecto que mostra que, apesar disso, a „Refutação do Idealismo” possui um papel particular entre os argumentos da Analítica Transcendental: A concepção de um fundamento externo de aparências não é, como as categorias, uma regra da síntese de conteúdos empíricos. Um pensamento sobre a origem dos conteúdos não

---

<sup>15</sup> Refl. 5654, Ak.Pr., vol. 18, p. 312 (trad. minha).

<sup>16</sup> Ver B, pp. 160-61 (SM 162-63).

pode ser entendido como um modo de sintetizar os conteúdos. Se, apesar disso, ele tem a função no tornar possível da experiência, essa deve ser de um tipo diferente das categorias.

A diferença entre o conceito de existência externa e uma regra da síntese teve por consequência que o pensamento de Kant finalmente transcendeu o projeto de provar a imediatez da experiência externa. Pode-se dizer sobre os princípios do entendimento puro que são verdadeiros se eles são condições que tornam possível a nossa experiência. Pois „fenômenos, sendo simples representações, não estão sob nenhuma lei de conexão como àquela que a faculdade conectante prescreve”.<sup>17</sup> No entanto, a pressuposição da “existência de algo fora de mim” – visto que ela se refere a um fundamento das aparências, e não à unidade sintética delas – pode ser errada mesmo que ela esteja operante em nossa experiência, i.é. que a tese de imediatez seja verdadeira. Por isso, nas reflexões sobre a “Refutação do Idealismo” ressalta uma segunda intenção que vai além da tese da imediatez: Tem-se que mostrar, diz Kant, que “nós estamos de fato passivos”, e com isso, que “nossa experiência refere-se a coisas que estão realmente fora de nós”.<sup>18</sup> Então, Kant não intencionou apenas mostrar que a pressuposição de um fundamento não-fenomenal de aparências está operante na percepção consciente, mas também que ela é *verdadeira*. Esta intenção confronta a argumentação kantiana com problemas que transcendem o quadro da sua teoria de experiência. Mas isso seria tema de uma outra investigação.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> B, p. 164 (SM 167).

<sup>18</sup> Refl. 5653, Ak.Pr., vol. 18, p. 317, e refl. 6315, Ak.Pr., vol. 18, p. 618 (trad. minha).

<sup>19</sup> Discuti os argumentos kantianos para a conclusão mais forte em *Kants Widerlegung des problematischen Idealismus*, Göttingen 1993, pp. 112 ss..

O presente trabalho e uma versão revista de uma palestra proferida em 2005 ao Congresso Internacional “A Filosofia em Tempos de Crise”, organizado pelo Departamento de Filosofia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Guarapuava/PR).

## Resumo

A relação entre os dois argumentos contra o ceticismo acerca do mundo externo, expostos por Kant nas primeiras duas edições da *Crítica da Razão Pura*, tem sido muito discutida. O presente trabalho visa elucidá-la ao investigar as concepções do ceticismo que subjazem aos argumentos kantianos. Na primeira parte do artigo, defende-se a tese de que houve, entre as duas edições da *Crítica*, uma mudança fundamental na visão kantiana do ceticismo e da sua relação com o pensamento comum, da qual resultou a necessidade de introduzir na segunda edição uma nova estratégia anti-cética. Na segunda parte, mostra-se que esta, por sua vez, foi consequência de uma mudança na análise kantiana do conceito de “existência externa” que o pensamento comum pressupõe, reconhecendo agora um elemento realista neste conceito ainda ausente na análise adotada na primeira edição. A parte final do trabalho discute os problemas que surgem desta mudança dentro do quadro teórico da filosofia transcendental kantiana.

## Abstract

The relation between the two arguments against scepticism about the external world which Kant gave in the first and the second edition of the *Critique of Pure Reason* has been widely discussed. This paper aims at clarifying this relation through an investigation of the conceptions of scepticism which are presupposed in the kantian arguments. In the first part of the paper it will be argued that there was a fundamental change in Kant's view of scepticism and of its relation with ordinary thinking which required the introduction of a new antisceptical strategy in the second edition. In the second part, it will be shown that this change was a consequence of a change in the kantian analysis of the concept of “outer existence” presupposed in ordinary thinking, leading to the recognition of a realist element in this concept still absent in the analysis adopted in the first edition. The final part of the paper discusses the problems which arise from this change within the theoretical framework of kantian transcendental philosophy.